



UNIFEOB

Centro Universitário da Fundação de Ensino Octávio Bastos

CURSO DE ADMINISTRAÇÃO

ARTIGO CIENTÍFICO
CERTIFICAÇÃO NO AGRONEGÓCIO

Módulo 07 – Gestão de Agrobusiness

Alunos:

Daniel Passoni de Carvalho Junior, RA 610095

Mateus Henrique Riquena, RA 607498

Rafaela Gonçalves Expósito, RA 14000117

SÃO JOÃO DA BOA VISTA, SP

JUNHO 2017

Resumo

Certificação é um instrumento que procura oferecer garantias em questão de qualidade de produto ou o processo de produção deste produto. A Certificação acaba diferenciando os produtos e os produtores certificados diante a sociedade, a certificação acaba gerando agregação de valor, o que acaba sendo muito bom para a sociedade e para os produtores.

A certificação é usada há muito tempo por agropecuaristas, definindo características especiais e a origem do produto. A partir da década de 80 e 90 a certificação ambiental passou a ter uma importância maior e também ganhou uma visibilidade maior.

As primeiras certificações foram para o cacau, café e a madeira, mas hoje as certificações são importantes para todos os produtos, como cana de açúcar, laranja e entre muitos outros setores.

Palavras Chaves

Certificação; Agronegócio; Rastreabilidade; Gestão; Denominação de origem.

Abstract

Certification is an instrument that seeks to offer guarantees in question of product quality or the process of production of this product. Certification ends up differentiating certified products and producers in front of society, certification ends up generating added value, which turns out to be very good for society and for producers.

Certification has been used for a long time by agriculturalists, defining special characteristics and the origin of the product. From the 80's and 90's environmental certification became of greater importance and also gained greater visibility.

The first certifications were for cocoa, coffee and wood, but today certifications are important for all products, such as sugar cane, orange and many other sectors.

Key Words

Certification; Agribusiness; Traceability; management; Designation of origin

Introdução

O Agronegócio no mundo todo deverá ser voltado para uma produção sustentável, com isso uma produção de qualidade e com mais certificados.

Os países ricos aumentaram a demanda por produtos certificados nos restaurantes e supermercados, o nosso país tem vários desafios para conseguir as condições necessárias para oferecer os produtos certificados para outros países, com tudo se torna um pouco mais difícil o Brasil entrar no mercado internacional.

Além de supermercados, as redes de fast foods também estão investindo em alimentos certificados, de qualidade e que requerem uma apresentação apropriada. Sendo que não é apenas os produtos de chamada “economia verde” que irá crescer com a sua demanda, mas é o crescimento em geral de alimentos produzidos, o mercado está cada vez mais atento a isso, a certificação que os alimentos são produzidos com qualidade, para poder assim passar um produto de qualidade para a população.

Produtos certificados é uma tendência nas gôndolas dos supermercados no mundo todo, não importa se a economia do país vai bem ou mal, diz Eduardo Trevisan Gonçalves

A certificação é um conjunto de atividades que uma organização independente realiza para provar, atestar e declarar que um produto, ou uma produção é realizado com segurança para seus clientes, concorrentes, fornecedores, funcionários e investidores, e assim poder colocar esses produtos disponíveis no mercado, sabendo que os clientes e consumidores estão seguros.

Alguns benefícios da certificação são:

- Vantagem Competitiva;
- Melhoria da satisfação do cliente;
- Operações com menos burocracia e redução de perda;

- Atrair novos investimentos
- Melhoria da reputação da marca e remoção de barreiras comerciais;
- Evolução da comunicação interna Melhoria no desempenho do negócio e gerenciamento dos riscos Redução de gastos

Certificação no Agronegócio

Certificação

Segundo Lazzarotto a certificação pode ser definida como: “Definição de atributos de um produto, processo ou serviço e a garantia de que eles se enquadram em normas pré estabelecidas”

Com a necessidade de garantir a qualidade dos produtos, em especial dos alimentos, o mercado de certificação vem ganhando um grande espaço no mercado, onde os consumidores estão cada vez mais exigentes e atentos com a segurança dos produtos.

O consumir ficou atento a este tipo de certificação por onde de alguns acontecimentos na área de alimentos como a doença da vaca louca, a produção de alimentos transgênicos, gripe aviária, gordura trans, e entre outros. A tecnologia vem inovando tanto no campo como na geração de produtos novos.

A qualificação de produtos agros alimentares é bastante controversa e depende da abordagem que se dará a análise. Uma abordagem mais generalista define qualidade como “o conjunto de propriedade e características de um produto que lhe conferem a aptidão de satisfazer necessidades expressas ou implícitas” (NRB-ISO 8402) (MARTINS; TONIOLI; TOLEDO, 1999).

Em 1995 Nicolas e Valveschini identificaram duas questões sobre a qualidade de produtos agro alimentares, onde refere se a qualidade de seus

componentes e a coordenação dentro da cadeia produtiva, e a também a concorrência pela qualidade e as regras que estruturam o mercado.

O que Certificação Digital.

É um arquivo eletrônico que funciona como se fosse uma assinatura digital, com validade jurídica, e que garante proteção às transações eletrônicas e outros serviços via internet, de maneira que pessoas (físicas e jurídicas) se identifiquem e assinem digitalmente, de qualquer lugar do mundo, com mais segurança e agilidade.

A Certificação Digital, nos dias de hoje, traduz o que há de mais moderno em termos de segurança para proteger informações trocadas no ambiente virtual. Sua tecnologia foi desenvolvida especificamente para oferecer segurança, autenticidade, confidencialidade e integridade às informações eletrônicas. É como se fosse uma carteira de identidade eletrônica que garante a identidade das partes envolvidas.

Para que serve um Certificado Digital.

O Certificado Digital existe para facilitar sua vida e evitar que você perca tempo fazendo presencialmente muita coisa que pode resolver online, de maneira mais prática e segura. Atividades como reconhecimento de firmas, entrega de documentos via moto boy e idas ao banco, por exemplo, podem ser substituídas por transações online com garantia da autenticidade e com toda proteção das informações trocadas.

As principais atividades que podem ser seguradas pro um Certificado Digital são:

- Assinatura e envio documentos pela internet
- Realização de transações bancárias;
- Envio de declarações da sua empresa;
- Assinatura de notas fiscais, conhecimentos de transporte eletrônico (CTs-e) e manifestações do destinatário.

- Realização de transações bancárias
- “Login” em ambientes virtuais com segurança

Quais são os principais benefícios?

- Garantia da validade jurídica dos documentos eletrônicos;
- Desburocratização de processos uma vez que dispensa reconhecimento de firmas
- Economia de tempo, já que os serviços são realizados pela internet

Quem Precisa de um Certificado Digital

Todas as pessoas (físicas ou jurídicas) que desejam realizar determinadas atividades online de maneira segura e autenticada.

Todavia, o Certificado Digital não é uma escolha para todos, para algumas pessoas ele é uma exigência. Empresas que emitem nota fiscal eletrônica, assim como para todas inscritas no regime tributário de lucro real ou lucro presumido, são obrigadas a fazer uso do Certificado Digital. (As empresas inscritas no Simples, como não são obrigadas a emitir nota fiscal eletrônica, não precisam de certificação digital)

Quais os tipos de Certificados digitais

- e-CNPJ: Funciona como um CNPJ virtual e serve para emissão de nota fiscal eletrônica, transmissão de escrituração fiscal digital e obrigações acessórias
- e-CPF: Da mesma forma que o anterior, funciona como um CPF virtual utilizado para entregar declarações de renda e demais documentos eletrônicos que exijam uma assinatura digital.

Tipos de Certificação

O desenvolvimento sustentável é hoje um objetivo global, envolvendo organizações não governamentais, empresas privadas, governos e a sociedade em geral. Construir processos sustentáveis implica em realizar, sistematicamente, ações que visam não só a preservar os ecossistemas e a biodiversidade, mas também a melhorar as condições socioeconômicas das comunidades nas qual a organização está inserida.

Um grande número de ferramentas, incluindo diversas certificações, está disponível para o gestor que deseja produzir de forma sustentável. No entanto, a sustentabilidade apóia se sempre em três pilares: o econômico, o social e o ambiental.

Certificação Digital no Agronegócio

Os produtores rurais cada vez mais utilizam a tecnologia, seja para se comunicar com a Receita Federal do Brasil, tramitar a guia eletrônica do transporte de animais, assinarem contratos com fornecedores e compradores ou para enviar a declaração de imposto de renda.

Todos os laudos podem ser transferidos eletronicamente, não sendo no papel que seria suscetível a fraude, sendo assim no transporte de animais, compra de café, gado de corte etc esses laudos são assinados por um agrônomo também através da certificação digital.

Hoje um certificado parte a partir de R\$ 130,00 com validade de um ano, e a partir R\$ 300,00 com validade de três anos, lembrando que a primeira emissão o produtor tem que ir a uma agência certificadora para comprovação de documentos tanto pessoais como de atividade rural e depois eles podem ser renovados on-line.

Certificação de produtos no agronegócio

No Brasil, os consumidores já têm uma série de produtos certificados. Os mais comuns e conhecidos são os produtos Biodinâmicos e Orgânicos, que estão disponíveis em todo o país. A preocupação com a qualidade do produto que é fornecido vem deixando todos alertas, principalmente quando é voltado para a exportação, é aí que vem a preocupação com a rastreabilidade, com o bem estar, e a conservação dos produtos/ alimentos.

Ao longo dos anos a certificação vem ganhando uma ajudinha extra, onde conta com programas de certificação, onde cada programa tem um objetivo específico. Independente do programa de certificação a uma básica legislação oficial que deve ser seguida, porém as metas não são tão simples. No geral pode haver uma auditoria onde vai poder certificar que as todas as regras foram cumpridas, como:

- Ambiente de trabalho
- Remuneração justa
- Desmatamento zero
- Qualidade do produto
- Análise do processo de produção, entre outros

A certificação mesmo que não possa garantir a qualidade do produto, ela pode, e deve garantir a qualidade do processo de produção.

Além de tudo, alguns mercados costumam pagar mais por isso, mas, para isso acontecer o produtor pode até assegurar que o produto é bom, ou o famoso “La garantía soy yo”, mas não é o suficiente, é necessário que alguma instituição independente, uma empresa especializada neste ramo, assegure que o produto é 100% confiável. Neste caso como foi dito anteriormente, é necessário a verificação de vários aspectos.

No mercado é mais fácil conseguir um melhor preço pela madeira certificada, um vinho biodinâmico ou um café gourmet, porém, para produtos

que são para matéria prima como milho, soja, algodão, fica mais difícil. O que muitos vão se perguntar: Então porque certificar, por exemplo, a soja ou o milho?

Muitos produtores não dão tanta importância para esse assunto, mas a certificação pode ser um ponto muito importante para uma negociação, então fica claro que uma das principais vantagens da certificação é a construção de uma imagem legal, favorável.

Também não podemos deixar de lembrar o quanto é importante a certificação para a segurança de gestão, onde o programa de certificação exige que a parte trabalhista, contábil, legislação ambiental, lugar apropriado para os empregados, e para que os mesmos tenham uma boa qualidade de vida dentro do seu ambiente de serviço, nos locais onde está tudo em ordem, tem um certificado de boa conduta, que é exigido o cumprimento de toda a legislação.

Além desses fatores importantes, em algumas situações uma vantagem em financiamentos, como para empréstimos em bancos, os juros costumam ser um pouco menores, vários bancos já estão se adequando para trabalhar em conjunto. O produtor, ou o produto ter uma certificação de qualidade é outra conquista importante para o mercado.

Em alguns países a procura por produtos certificados estão bem claras, um exemplo é o algodão brasileiro, que com a de iniciativa do programa Algodão Brasileiro Responsáveis, os produtores estão fazendo ótimos negócios, e o aumentando em suas finanças tem um aumento. Porém, o produtor não pode pensar diretamente no aumento financeiro, o correto é certificar pela qualidade, e não por valor financeiro, embora exista uma vantagem financeira, é necessário cuidado, e elaborar um projeto legal e não pensar no retorno financeiro em curto prazo.

Como muito dos consumidores são bem exigentes, e a uma grande maioria está optando por um estilo de vida saudável, e além de optar pelo produto querem ter uma certeza que estão consumindo algo de qualidade, e

que o mesmo está de acordo com o tipo de vida que o consumidor optou com tudo isso surgem os programas e as fazendas certificadas, e para alguns produtos como, milho, algodão, e soja, o retorno financeiro e o reconhecimento é garantido.

Tipos de certificações no agronegócio

Certificação Voluntária

Para as empresas a certificação chega a ser uma opção de marketing, e assim pode agregar um valor muito importante para a mesma.

Quando as empresas fazem a certificação de um produto, a mesma está assumindo que todas as informações são importantes para os consumidores, e assim objetivam os lucros, adicionando informações até o ponto que cada informação gere mais receitas do que custos.

Ippolito & Mathios, (1990) afirmam que a competição entre as firmas reforça a habilidade dos consumidores para a identificação da qualidade dos produtos. Por exemplo, o produtor de um produto alimentar com baixa taxa de gordura, voluntariamente, irão anunciar este fato. Na medida em que os demais produtores façam o mesmo, os consumidores ficarão desconfiados de produtos que não tenham este fato identificado.

A certificação aumenta a eficiência econômica, com isso, tem uma ajuda aos consumidores, onde são direcionados os gastos dos produtos que os mesmos desejam. As empresas devem entender a importância de investir em informações, para assim os consumidores terem a certeza de que o produto que está adquirindo é o que ele tem necessidade, as informações são importantes para os produtos, produtores e consumidores internos e internacionais. Com tudo isso, o valor econômico vai depender da utilidade que a informação é fornecida.

Com todo o incentivo que o mercado dá para a certificação, tem que haver limite o caso de características não muito desejáveis presentes no

produto é o caso de um deles. Um exemplo de Hadden, 1986; Caswell e Kramer, 1994; é que produtores de um tipo de cereal certificam suas caixas de cereal avisando que um determinado cereal diminui a probabilidade de ataque de coração, porém neste caso ele fornece informação não apenas do seu pessoal, mas sim de um todo em geral que utilizam aquele cereal como matéria-prima. No caso, devemos ficar alertas com tudo que engloba a certificação, pois não são todas as informações que são necessárias, e no caso de uma informação desnecessária, o produto pode perder a credibilidade, e o produtor ter uma perda financeira com isso.

O valor dos serviços de certificação depender muito a reputação da entidade e da credibilidade que a mesma vai fornecer o serviço. É possível afirmar que as entidades que fornecem este tipo de serviço têm que ter a confiança de uma grande população. De certa forma, terão sucesso, passando as informações, facilitando para um todo em geral, e assim um baixo custo onde às transações de mercado e a eficiência é maior.

As certificações onde a representatividade é do governo ou de associações que representam o mesmo são as mais reconhecidas, e confiáveis na prestação de serviço de certificação de terceira parte.

Esses serviços, os serviços de terceira parte, quando são bem desenhados e implantados corretamente, aumentam o valor de um certificado, e com isso aumenta a credibilidade, onde reduzem a incerteza dos produtores, e reduzem o custo, e aumentam as informações para os consumidores, assim juntando um todo, o aumento de venda e a procura maior pelo produto, neste caso pode se dizer que estes serviços aumentam a eficiência dos mercados.

O serviço de terceira parte para a certificação voluntária pode aumentar os seus benefícios, como a credibilidade da certificação facilitando as transações de mercado e aumentando a eficiência. Onde esses produtos podem ser úteis para o mercado nacional, internacional e doméstico. Os serviços de terceira parte são:

- **PADRÕES:** onde o nível de qualidade que um bem deve ter é estabelecido, sem este tipo de serviço as transações de mercado iriam ter longas discussões sobre as características do produto.
- **TESTES:** a partir do fornecimento de medidas objetivas, ajudam os produtores a definirem os atributos dos produtos.
- **CERTIFICAÇÃO:** A certificação fornece aos consumidores uma avaliação dos atributos de qualidade do produto, e também a certeza que a informação é correta, quanto maior for o controle da certificação, a chances de fraudes e informações falsas não tem quase nenhuma probabilidade de acontecer. E assim não tem o porquê às pessoas não terem a certeza do produto que estão adquirindo.

Certificação Compulsória

As demandas para a certificação obrigatória surgem em duas situações econômicas.

Quando o mercado não fornece informações suficientes para os consumidores poderem escolher de forma correta e de acordo com a necessidade de cada um e suas preferências. Neste caso ocorre uma assimetria de informação. As decisões individuais de consumo afetam o bem estar de um todo social.

Nos dois casos, o custo e os benefícios sugerem que um novo certificado seja adotado, um certificado diferente do que estava no projeto de implantação.

Quando o certificado é implantado com sucesso, o mercado em um todo consegue funciona adequadamente, onde os consumidores podem comprar e identificar os produtos sem algum tipo de problema, e assim podendo fazer suas decisões de consumo, onde podem atender as suas necessidades e desejos.

Com isso a sociedade consegue usar esses recursos da melhor forma possível, atendendo as necessidades e desejos do consumidor.

Com um mercado funcionando de forma correta os consumidores podem encontrar o que precisam sem nenhum tipo de problema, o perfeito funcionamento do mercado fornece um serviço valioso para a população. Com isso os recursos são usados de forma eficiente.

Quando o mercado fornece pouca informação, os consumidores ficam privados de fazerem escolhas corretas, e assim podem não suprir suas necessidades. Essa é uma situação que ocorre uma assimetria de informação, onde o vendedor tem informações que o consumidor/ comprador não tem. E assim não conseguem escolher suas preferências.

Nos casos de assimetria de informação, o governo deve intervir assim ele deve assegurar o correto fornecimento de informações, neste caso a certificações compulsórias que surge para segurar que as informações corretas chegam para os consumidores, e permite que o mercado trabalhe com uma maior eficiência.

O papel do governo neste caso é fundamental, é obrigação dele a construção de um ambiente institucional, e também a definição dos direitos de propriedade, e também incluir o direito de informação. Em alguns casos o governo pode intervir no mercado para que assim as informações sejam fornecidas de uma forma mais confiável, neste caso, o objetivo não é alterar o comportamento de consumo e sim o aumento de consumo informado. (em 1992, Magat e Viscusi discutiram este ponto).

O que também pode ocorrer nos mercados agrícolas é o problema de informação ser imperfeita, diferente do caso de assimetria, que os produtores conhecem as informação mas não passam para os consumidores, o caso de informação imperfeita as informações de mercado são contraditórias ou não existem, isso pode aparecer quando, as opiniões de cientistas diferem sobre as conseqüências sobre o consumo de determinado produto ou as conseqüências com a saúde do consumo de um determinado produto. Neste caso, o governo deve exigir o fornecimento das informações corretas e seguras.

Uma revisão feita através da questão da eficácia da certificação aponta que em alguns casos a certificação pode ser considerada um instrumento apropriado para a política. O que deve ser seguido e orientado pelo governo e também ter uma supervisão pelo mesmo é:

Preferência do consumidor, onde a certificação pode ser preferível a outro instrumento de política se as preferências dos consumidores diferem muito em relação das características do produto.

As informações devem ser claras, objetivas e informativas, onde os certificados são muito complexos, ou são ignorados ou podem confundir as pessoas, isso não ajuda o fornecimento de informações para a decisão do consumidor.

São necessárias informações que ajudem no consumo seguro, o food safety, onde o objetivo principal da certificação é o fornecimento de informações para o consumo dos produtos

Todas as fases do processo de certificação devem estar estabelecidas, a certificação compulsória funciona apenas se cada etapa do processo estiver funcionando de forma correta, adequada e eficiente. Caso os eixos não estejam trabalhando na mesma sintonia a certificação compulsória ira dar custos a mais, e não ira produzir nenhum benefício para o produtor ou para o produto.

Quando for certificar e quando for usar alguma outra forma de regulação essa decisão depende da interação de um conjunto onde faz uma ligação de esfera política, legal, social e científica.

Rastreabilidade

A rastreabilidade é a capacidade de traçar um histórico, aplicação ou localização de um determinado produto ou produtos desde a sua fase inicial até o consumidor final, é literalmente rastrear todos as fases do produto para poder identificar e evitar erros em cada fase do produto.

Rastreabilidade no Agronegócio

A rastreabilidade no agronegócio permite identificar a origem do produto, no caso de alimentos minimamente processados ou processados, desde o campo até o consumidor final, podendo este ter ou não passado por uma ou mais transformações.

Um sistema de rastreabilidade, portanto, é um conjunto de medidas que possibilitam controlar e monitorar sistematicamente todas as entradas e saídas nas unidades seja elas produtivas processadoras ou distribuidoras, visando garantir a origem e a qualidade do produto final.

Quanto maior o número e a frequência das informações necessárias, bem como as formas de comprovação destas, melhor será o sistema de rastreabilidade.

Esses conceitos de rastreabilidade e sistema de rastreabilidade são intrínsecos a qualquer tipo de certificação de produtos agropecuários e alimentares, uma vez que visam garantir a presença de determinadas qualidades ou características desejáveis no alimento/matéria-prima.

A rastreabilidade pode ser aplicada a qualquer tipo de cadeia produtiva, sendo que para cada uma delas haverá critérios específicos para a qualidade final do produto. Essa qualidade pode ser sanitária, de pureza, orgânica, de isenção de transgenia, de isenção de irradiação iônica ou nuclear e de origem de agricultura familiar, além de inúmeras outras que o mercado já exige ou pode passar a demandar.

Um importante indicador de adequação é o de 'não-conformidade' e refere-se a qualquer prática ou ação do agricultor, processador ou distribuidor que possa comprometer a *qualidade* do produto final.

Esse indicador pode variar dependendo do grau de comprometimento da qualidade do produto final. Em função desta classificação, estabelece-se um período de tempo suficiente para corrigir as 'não-conformidades', sendo

imprescindível que todos os setores envolvidos cumpram as mesmas normas estabelecidas, facilitando a identificação de possíveis erros no processo.

Considera-se que um processo de rastreamento eficiente deve ser composto pelos seguintes elementos:

- Normas referências da qualidade que se objetiva preservar/garantir;
- Procedimentos permitidos, proibidos, tolerados, obrigatórios;
- Relação de insumos permitidos e proibidos;
- Períodos de carência ou de transição estabelecidos nos casos previstos nas normas;
- Exigência de que os produtores disponham de comprovantes de compras, vendas, enfim tudo o que permita aos inspetores comprovar a obediência das normas por parte do operador (titular do processo);
- Realização de visitas periódicas padrão ao estabelecimento;
- Realização de visitas 'surpresa' ao estabelecimento.

Pode parecer difícil a implantação deste processo de rastreabilidade por motivos de costume, vem à tona a velha frase “eu sempre fiz desse jeito”, e realmente somos acomodados a aquilo que está dando certo, temos medo de possíveis mudanças.

Mas os produtores precisam entender que este processo só traz benefícios para seus produtos.

A rastreabilidade é primordial para os segmentos de distribuição, varejo e indústria de alimentos, pois fortalece a imagem institucional da empresa; auxilia no posicionamento da marca no mercado; estimula a concorrência através da diferenciação da qualidade; estreita relação com os fornecedores; contribui para a construção de estratégias competitivas da empresa e, com isso, define a estrutura de coordenação vertical e dá credibilidade ao fabricante.

Tipos de Certificação no caráter econômico, ambiental e social

Caráter Econômico

Segundo o conceito mais amplo de sustentabilidade, não basta a uma empresa simplesmente buscar o lucro. Resultados devem incluir ganhos ambientais e sociais. Isso leva as empresas a considerar, como parte integrante de um plano de negócios, a inclusão de metas empresariais compatíveis com o desenvolvimento sustentável dela mesma e da sociedade. Ao mesmo tempo em que representa um desafio, a busca pela sustentabilidade pode representar novas oportunidades de negócios. A tendência de os consumidores preferirem produtos e serviços sustentáveis é o exemplo mais evidente de vantagens competitivas que podem advir de práticas sustentáveis como estratégia de negócios.

Já há alguns anos se verifica, também, uma tendência mundial dos investidores preferirem empresas sustentáveis como destino de seus recursos. Nos Estados Unidos foi lançado, em 1999, o índice Dow Jones de Sustentabilidade (Dow Jones Sustainability Index – DJSI), que acompanha o desempenho financeiro de empresas líderes no campo do desenvolvimento sustentável.

A Bolsa de Valores de São Paulo (Bovespa) criou, em 2005, um índice semelhante ao DJSI, através do qual os investidores podem encontrar empresas socialmente responsáveis, sustentáveis e rentáveis para aplicar seus recursos. Tais aplicações, denominadas Investimentos Socialmente Responsáveis (SRI), consideram que empresas sustentáveis geram valor para o acionista no longo prazo, pois estão mais preparadas para enfrentar riscos econômicos, sociais e ambientais. Essa demanda veio se fortalecendo ao longo do tempo e hoje é amplamente atendida por vários instrumentos financeiros no mercado internacional.

Caráter Ambiental

A crescente preocupação com o meio ambiente tem levado empresas no mundo todo, inclusive no Brasil, a buscar alternativas de produção mais limpa e matérias-primas menos tóxicas, a fim de reduzir o impacto de seus processos. Segmentos da sociedade, conscientizados quanto aos problemas ambientais, têm induzido essas empresas a buscar uma relação mais sustentável com o meio ambiente.

Aceita-se cada vez menos a exacerbação do lucro obtido à custa do comprometimento do meio ambiente. Diante disso, a indústria tem sido forçada a investir em modificações de processo, aperfeiçoamento de mão de obra, substituição de insumos, redução de resíduos e racionalização de consumo de recursos naturais.

Caráter Social

Ela nasce de um contexto internacional em que temas como direitos humanos, direitos do trabalhador, meio ambiente e desenvolvimento sustentável ganham vulto na discussão entre os países-membros das Nações Unidas, resultando em diretrizes que, de certa forma, orientam a formulação da Responsabilidade Social Empresarial – SER.

Esse tema, bem como o da preservação ambiental, consagrou-se como preocupação das Nações Unidas a partir da Conferência Rio'92. Desde aquela época, intensificou-se a discussão internacional e aumentou o número de convenções sobre o meio ambiente, que se somaram a outros acordos já existentes. A partir disso, a ONU criou uma série de diretrizes sobre as questões de responsabilidade social, dando aos governos poderes para que estes possam exigir das organizações o respeito pelos direitos humanos, pela soberania e pelo desenvolvimento econômico local.

Denominação de origem no Brasil

Denominação de marca (DO), é o nome usado para fazer referência a uma região, local ou em casos excepcionais um país, para assim servir para identificar um produto, exemplos:

- Vinho do Porto
- Queijo Serra da Estrela
- Café do Serrado, entre outros

Para que isso aconteça é necessário a qualidade ou características serem essencial ou exclusivamente do meio geográfico, onde os fatores naturais, a produção, transformação e elaboração ocorrem na área geográfica delimitada.

São consideradas denominações de origem, as denominações tradicionais, geográficas ou não, onde um produto é de uma região ou local determinado, a casos que abrangem nomes que correspondem a uma área geográfica delimitada, ou serem nomes que hoje não constam geográfica moderna.

Um exemplo é o Vinho Verde, que trate se desta forma, por conta de uma denominação geográfica que adquiriu um segundo significado – Secondary meaning – e também do sentido geográfico.

Um sinal para identificar no mercado produtos ou serviços é quando uma empresa distinguiu uma marca para os mesmo. Quando a marca for registrada, passa para o seu titular um exclusivo direito sobre a mesma, impedindo que terceiros usem a mesma.

Também é importante as patentes, que também é direito exclusivo do titular, para ser mais claro, é um contrato entre o Estado e o requerente para obter um uso exclusivo de produzir e comercializar um certo produto.

O IBGE fez um mapeamento onde conta a origem de 49 produtos e serviços no país. Foi disponibilizado no dia 20/10/2016 um mapa no qual consta as Indicações Geográficas do Brasil.

No caso os vinhos e espumantes do Vale dos Vinhedos (RS), o camarão da Costa Negra (CE), e as rendas de Divina Pastora (SE), são alguns exemplos. Com as Indicações Geográficas, tem as consagradas como, as cachaças de Paraty (RJ), Salinas (MG) e Abaíra (BA), e entre outros.

O selo de Indicação Geográfica do INPI é regulamentado pela Lei da Propriedade Intelectual n. ° 9.279, onde pode assumir dois modelos

- Indicação de Procedência (IP) – Artigo 177
- Denominação de Origem (DO) – Artigo 178

A indicação Geográfica atesta a origem e as condições da fabricação do produto certificado, permitindo que os consumidores tenham informações confiáveis sobre a qualidade e a autenticidade do que estão adquirindo. A certificação também valoriza a cultura local e aumenta o turismo nos locais, como:

- Vale do Vinhedo, conhecido por seus vinhos e espumantes.
- Região do Cerrado Mineiro, conhecido pelo café.
- Pampa Gaúcho da Campanha Meridional, conhecido por suas carnes bovinas e seus derivados.
- Paraty, conhecida pelas cachaças e aguardentes.
- Costa Negra, conhecida pelos camarões.
- Franca, conhecida pelo forte nos sapatos.

Conclusão

A qualidade e a competência são fundamentais nas certificações de alimentos e também no agronegócio. Onde notamos que a certificação é muito importante para todos, desde o produtor, investidor, revendedor e até o cliente. Os produtos certificados ganham uma agregação de valor, que os torna mais importantes, e isso valoriza o produto, e também passa segurança para todos.

Para a certificação do produto é necessária uma empresa específica para este tipo de serviço que fiscaliza tudo, desde a produção do produto, o caminho que ele vai percorrer dentro e fora do estabelecimento de produção, até ele chegar ao seu consumidor final.

O foco da certificação é o ganho de melhoria para o produto, e na gestão e não o ganho financeiro. Porém, com o produto certificado o seu valor é agregado e com isso todos têm a ganhar o produtor e o consumidor.

Referências

<http://www.marcasepatentes.pt/index.php?section=171>

<http://direitoagrario.com/mapa-das-indicacoes-geograficas-do-brasil/>

<http://mundogeo.com/blog/2016/10/20/ibge-mapeia-a-origem-de-49-produtos-e-servicos-certificados/>

<http://agenciabrasil.ebc.com.br/economia/noticia/2016-10/brasil-tem-49-produtos-com-certificacao-de-origem-diz-ibge>

https://pt.wikibooks.org/wiki/Log%C3%ADstica/Sistemas_de_informa%C3%A7%C3%A3o/Rastreabilidade

http://www.agrofit.com.br/novoportal/index.php?option=com_content&view=article&id=59:rastreabilidade-no-agronegocio&catid=51:gestao&Itemid=72

http://www.infobibos.com/artigos/2010_2/agriculturaprecisao/index.htm

<http://revistagloborural.globo.com/Revista/Common/0,,EMI319904-18530,00-CERTIFICACAO+VAI+GUIAR+FUTURO+DA+PRODUCAO+DO+AGRONEGOCIO.html>

<https://www.uninter.com/pos-graduacao-ead/curso-mba-em-administracao-em-agronegocios-e-biotecnologia/>